

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 1

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- 1 A elasticidade-preço da demanda é uma medida da sensibilidade da quantidade demandada a uma variação no preço de um bem. O valor numérico da elasticidade é calculado pela razão entre a variação percentual na quantidade demandada e a variação percentual no preço ($E = \% \Delta Qd / \% \Delta P$). Dado que a relação entre preço e quantidade é geralmente inversa (conforme a lei da demanda), o valor é tipicamente negativo. O valor da elasticidade-preço da demanda é normalmente interpretado em termos de valor absoluto. Se $|E| > 1$, a demanda é elástica, indicando alta sensibilidade da demanda ao preço — uma variação no preço corresponde a uma variação mais do que proporcional na quantidade demandada. Se $|E| < 1$, a demanda é inelástica, e determinada variação no preço corresponde a uma variação relativamente menor, em termos percentuais, na quantidade demandada.
- 2 Sim, existe um potencial conflito entre os objetivos de gerar receita e de desestimular o consumo. Para o objetivo de se elevar a arrecadação fiscal, o ideal é que a demanda seja inelástica ($|E| < 1$). Nesse cenário, o aumento de preço não reduz significativamente o consumo, mantendo a base de cálculo do tributo elevada. Por outro lado, para que o objetivo de promoção da saúde seja atingido, a demanda deve ser elástica ($|E| > 1$), pois, assim, o aumento de preço levaria a uma redução expressiva do consumo — mas, nesse caso, a arrecadação será menor. Verifica-se que existe um *trade-off* entre os dois objetivos: maior êxito em alcançar um deles implica relativo fracasso no outro.
- 3 O impacto total de uma alta de preços na quantidade demandada reflete a soma de dois efeitos distintos: o efeito substituição e o efeito renda. O efeito substituição representa a mudança no consumo decorrente da alteração dos preços relativos; o bem se torna mais caro em comparação com seus substitutos, o que invariavelmente leva à redução de seu consumo. Assim, a direção do efeito substituição é inequívoca — uma alta de preços **positivos** corresponde a uma redução na quantidade demandada. Já o efeito renda captura a variação na quantidade demandada resultante da perda de poder de compra real do consumidor provocada pelo aumento do preço do bem.
- 4 A direção do efeito renda e consequentemente o impacto total dependem da natureza do bem. Se as bebidas açucaradas forem um bem normal, o efeito renda é **negativo positivo**: com a **redução ampliação** do poder de compra, o consumidor também **reduzi aumentará** seu consumo. Assim, os efeitos substituição e renda atuam na mesma direção, reforçando-se mutuamente, **ou seja, há elasticidade-renda da demanda positiva**. Contudo, se as bebidas açucaradas forem consideradas um bem inferior, o efeito renda será **positivo negativo**: a **redução ampliação** do poder de compra levaria a uma **aumento redução** do consumo desse bem, **ou seja, haveria elasticidade-renda da demanda negativa**. São geralmente bens de **qualidade inferior substituídos por opções melhores quando a renda sobe** (ex.: **transporte público, carne de segunda etc.**). Nesse caso, o efeito renda se oporia ao efeito substituição, atenuando a queda total no consumo, o que tornaria o imposto menos eficaz para o alcance do objetivo de saúde pública, mas contribuiria para o objetivo de maior arrecadação fiscal.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 2

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A inflação crônica prejudicou a economia brasileira por décadas, especialmente entre os anos 80 e meados dos anos 90 do século XX. Nesse período turbulento, o país passou por uma série de planos econômicos, de abordagens tanto ortodoxas quanto heterodoxas, com o firme objetivo de estabilizar os preços. Dois desses planos se destacam pela sua relevância e pelos seus resultados distintos: o Plano Cruzado, de 1986, e o Plano Real, de 1994. Embora ambos tivessem o objetivo comum de combater a inflação, suas estratégias e sucessos foram marcadamente diferentes.

O Plano Cruzado foi uma aposta na heterodoxia, caracterizado por um choque forte e imediato na economia. Sua principal ferramenta foi o congelamento generalizado de preços e salários. Essa medida drástica visava quebrar a inércia inflacionária, paralisando a espiral de reajustes. Complementarmente, o governo instituiu o tabelamento de preços para diversos produtos, incentivando até mesmo a população a fiscalizar e denunciar abusos. A intenção era também promover uma desindexação da economia, eliminando os indexadores que alimentavam a inflação. Contudo, essa tentativa foi comprometida pela criação do gatilho salarial, um mecanismo que previa reajustes automáticos dos salários a cada 20% de inflação acumulada. Embora visasse proteger o poder de compra, o gatilho acabou por reativar a espiral inflacionária quando acionado, mostrando uma inconsistência na própria estratégia de desindexação. A moeda, o cruzado (Cz\$), foi introduzida para simbolizar a ruptura com o passado inflacionário do cruzeiro.

O Plano Real, por outro lado, adotou uma abordagem mais gradual e fundamentada em princípios ortodoxos, com um forte componente de credibilidade. Sua estratégia de desindexação da economia foi muito mais sofisticada e bem-sucedida, começando com a introdução da unidade real de valor (URV). A URV funcionava como uma “moeda de conta” estável, indexada ao dólar, preparando a população para uma nova referência de valor antes da transição da moeda física. Somente após essa fase de adaptação foi que a nova moeda, o real (R\$), foi efetivamente criada e posta em circulação.

Diferentemente do cruzado, o real não começou com congelamento de preços. Em vez disso, focou em pilares fundamentais da estabilidade macroeconômica. Um rigoroso ajuste fiscal e controle monetário foram implementados para conter os gastos públicos e a emissão de moeda, atacando as causas da inflação. Além disso, a abertura comercial foi uma medida crucial do Plano Real, com a redução de tarifas de importação. Isso não só aumentou a oferta de produtos no mercado interno, combatendo pressões inflacionárias, mas também estimulou a competitividade e a modernização da indústria nacional.

A principal diferença entre as desindexações dos dois planos reside no método e na consistência. Enquanto o Plano Cruzado tentou uma desindexação abrupta com o gatilho salarial como contradição, o Plano Real utilizou a URV para uma transição gradual e consciente, garantindo que os preços já estivessem convertidos em uma base estável antes da entrada da nova moeda. Esse conjunto de medidas, aliado a uma forte credibilidade e ao apoio político, resultou no fim da hiperinflação que tanto afetava o Brasil. O Plano Real não apenas estabilizou a economia, mas também restaurou o poder de compra da população, marcando um dos maiores sucessos econômicos da história recente do país.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 3

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A equação quantitativa da moeda é dada por $M \times V = P \times Y$, em que M é a oferta de moeda, ou quantidade de moeda; V, a velocidade da moeda, isto é, a frequência com que a moeda troca de mãos; P, o nível geral de preços; e Y, o produto real. A equação é uma identidade contábil que afirma que o valor total gasto na economia (a oferta de moeda, M, multiplicada pelo número de vezes que ela gira, V) deve ser igual ao valor nominal do produto (o nível de preços, P, multiplicado pela produção real, Y).

Para transformar essa identidade em uma teoria, assumem-se dois pressupostos para o longo prazo: primeiro, que a velocidade da moeda (V) é constante, pois reflete hábitos e tecnologias de transação que mudam lentamente; segundo, que o produto real (Y) está fixo em seu nível de pleno emprego (ou potencial), sendo determinado por fatores reais (capital, trabalho, tecnologia).

Com base nos pressupostos de que as variáveis V e Y podem ser consideradas fixas, a principal predição da TQM é a existência de uma relação diretamente proporcional entre a oferta de moeda (M) e o nível de preços (P). Assim, a taxa de crescimento da oferta monetária (M) determina a taxa de inflação de longo prazo. A teoria afirma o princípio de neutralidade da moeda, segundo o qual qualquer variação na quantidade de moeda (M) afeta somente variáveis nominais, como o nível de preços (P), e não tem impacto sobre variáveis reais como produto e emprego.

Segundo a TQM, a política monetária é ineficaz para promover o crescimento econômico de longo prazo. A moeda é considerada neutra e não pode influenciar variáveis reais, como a acumulação de capital e o progresso tecnológico, que determinam o crescimento do produto potencial. O papel da política monetária, segundo essa visão, não é gerar crescimento diretamente, mas sim garantir a estabilidade de preços e controlar a inflação de longo prazo, o que é feito pelo Banco Central por meio da gestão da expansão monetária.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 4

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

No universo da economia internacional, a “tríade impossível”, também chamada de trilema de Mundell-Fleming, defende, em sua essência, que um país não consegue ter, ao mesmo tempo, um regime de câmbio fixo, livre mobilidade de capitais e autonomia da política monetária.

O primeiro desses pilares, o regime de câmbio fixo, é como uma âncora para a moeda nacional, em que o Banco Central decide manter seu valor estável em relação a outra moeda ou a um grupo delas. Isso traz uma sensação de segurança e previsibilidade para investidores, importadores e exportadores. A livre mobilidade de capitais, por sua vez, é a possibilidade de o capital ser transferido sem amarras, facilitando investimentos, tanto diretos quanto de portfólio, e permitindo uma diversificação mais ampla. Por último, a política monetária autônoma é a liberdade que o Banco Central tem de usar suas ferramentas — as taxas de juros, as operações no mercado aberto e as exigências de reservas — a fim de influenciar a economia interna. A taxa básica de juros é a variável básica da política monetária, e influencia diretamente o custo do crédito e, por consequência, o ritmo da atividade econômica.

As escolhas que se fazem entre esses três objetivos determinam o futuro econômico de um país. A combinação de câmbio fixo com livre mobilidade de capitais traz previsibilidade a quem comercializa e investe do exterior, atraindo o capital e impulsionando o crescimento. O revés, contudo, é a perda de controle sobre a política monetária. Para manter a moeda estável, o Banco Central se vê obrigado a alinhar suas taxas de juros com as internacionais, abandonando a capacidade de combater a inflação ou de estimular a economia quando necessário.

Por outro lado, se um país decide combinar o câmbio fixo com a autonomia da política monetária, o seu Banco Central adquire a capacidade de injetar incentivos na economia local sem se preocupar com a instabilidade cambial. No entanto, essa escolha impõe uma barreira: a necessidade de controles sobre a mobilidade de capitais. Isso significa que investidores não terão a mesma liberdade para diversificar seus ativos globalmente, o que pode afastar investimentos estrangeiros diretos, impactar como os recursos são alocados e dificultar o acesso a financiamento externo.

Por fim, a rota mais trilhada pelas grandes economias é a combinação da livre mobilidade de capitais com política monetária autônoma. A vantagem é clara: o Banco Central consegue estabilizar a economia doméstica enquanto empresas e investidores podem movimentar seus recursos por todo o globo com facilidade. A desvantagem, porém, é a aceitação de um regime de câmbio flutuante, que traz consigo a volatilidade cambial. Essa volatilidade pode criar um conjunto de incertezas para exportadores e importadores, e ainda expor a economia a vendavais externos, exigindo que o país se equipe com mecanismos de *hedge* e fortaleça sua resiliência interna.